



ISSN: 2310-0036

Vol. 1 | Nº. 8 | Ano 2017

Graciano Pedro

Universidade Católica de Moçambique

gpessuro@ucm.ac.mz



Rua: Comandante Gaivão nº 688
C.P.: 821
Website: <http://www.ucm.ac.mz/cms/>
Revista: <http://www.reid.ucm.ac.mz>
Email: reid@ucm.ac.mz
Tel.: (+258) 23 324 809
Fax: (+258) 23 324 858
Beira, Moçambique

MISSÃO DA IGREJA CATÓLICA NA ESTEIRA DO PODER POLÍTICO: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO NA PROVÍNCIA DO NIASSA

THE MISSION OF THE CATHOLIC CHURCH IN THE WAKE OF POLITICAL POWER: A LOOK AT EDUCATION IN THE NIASSA PROVINCE

RESUMO

Ainda que o contributo da Igreja Católica na história da educação moçambicana esteja muito presente, reconhece-se que a participação desta transporta divergências ideológicas sobre os quais importa reflectir. Por esta razão, na presente pesquisa procuramos perceber, para depois confrontar, as lógicas constitutivas que fundamentam a acção praticada nos órgãos estatais da educação quanto ao processo de ensino-aprendizagem e os meramente dirigidos pela igreja. Nesse sentido, o artigo reflete sobre a missão da Igreja Católica no campo da educação. A abordagem metodológica eleita é de índole qualitativa (comparativa), com utilização da entrevista, observação e análise documental como técnicas de recolção de dados. Os resultados remetem para a existência de uma divergência nos resultados escolares entre alunos de escolas públicas e alunos de escolas sob direcção da Igreja Católica, ao nível da estrutura e organização do processo de ensino, do método docente e dos recursos utilizados nestes órgãos de gestão escolar.

Palavras-chave: Educação; Missão da Igreja Católica; Poder político.

Abstract

Although the contribution of the Catholic Church in the history of Mozambican education is very present, it is recognized that its participation carries ideological divergences for which it is important to reflect. For this reason, in the present research we seek to perceive, and then to confront, the constitutive logics that underlie the action practiced in the state organs of education regarding the teaching-learning process and the ones directed by the church. In this sense, the article reflects on the mission of the Catholic Church in the field of education. The methodological approach chosen is qualitative (comparative), with the use of interview, observation and documentary analysis as techniques of data collection. The results point to the existence of divergence in school results among students of public schools and those under the direction of the Catholic Church in education because of the structure and organization of the teaching process; teaching method and resources used in these school management bodies.

Keywords: Education; the Catholic Church mission; political power.

Introdução

A história da educação colonial em Moçambique, e muito em particular na província de Niassa, tem fortes características da Igreja Católica Romana, sobretudo, se observarmos a evolução das infraestruturas educacionais, o modelo de formações académicas e personalidades das várias individualidades que se formaram neste período. Portanto, as tentativas de expansão do ensino pós-independência apresentam até agora uma viragem progressiva do modelo educacional nacional, em resultado da eleição do modelo político marxista-leninista, do florescimento da guerra civil e dos efeitos desta. A assinatura dos acordos de paz em 1992 veio reforçar o progressivo esforço de edificação do sistema nacional de ensino, essencialmente pela Lei do Sistema Nacional de Ensino (Lei nº 6/92) que confere maior estruturação e abertura à privatização do ensino.

As reflexões sobre o ensino em Moçambique na actualidade têm a qualidade no centro do debate (Angst, 2017; Coughlin, 2015; Ferreira, 2013; Langa, 2014; Rosário, 2012; Mosca & Matos, 2015). Nos mais diversos ciclos de ensino, os níveis de prestação deixam ainda muito a desejar. Percebe-se neste estudo que a construção do ensino em Moçambique é, sobretudo, obra estabelecida e constituída a partir da chegada da luta nacionalista pela independência e cresceu com o próprio processo e com as vicissitudes que a independência trouxe. Neste sentido, as diferenças obtidas nos resultados entre escola privada e pública a que se assiste hoje, ao ponto de constituírem opção privilegiada da pequena elite que se estabelece no país, é uma clara evidência dos investimentos que estas fazem para a melhoria das competências dos seus alunos. Por esse reconhecimento e por conta dos vários critérios possíveis, reflectir sobre as lógicas constitutivas mediante

um olhar comparativo que fundamenta a acção prática dos órgãos estatais da educação quanto ao processo de ensino-aprendizagem e a das privadas, essencialmente as dirigidas pela Igreja (Católica), é um exercício indagatório relevante para a melhoria do sector da educação. Deste modo, ao se aprofundar caminhos da educação e a cultura dos povos, projecta-se uma visão política estrutural e intencional deste mesmo povo (Michael, 1990).

Este estudo foi desenvolvido na província do Niassa, especificamente na cidade de Lichinga, nos distritos de Mecanhelas, Cuamba e Maúa. Em termos da ordem governamental cristã, o território corresponde à Diocese de Lichinga (Ex-Vila Cabral). O presente artigo procura assim compreender a convergência e divergência educacional entre a missão Católica e o poder político nos dias de hoje. Faz uma leitura profunda do papel da Igreja Católica na educação das populações da província do Niassa. A motivação assenta no facto de desde os períodos anteriores à independência a Igreja Católica acompanhar com intervenções profícuas a implantação do sistema nacional de ensino. Deste processo e do reconhecimento do seu contributo, é possível tirar ilações valiosas e que possam ser colocadas à disposição como modelo de formação do Homem.

Referencial teórico

Educação

A educação representa a acção reguladora e estimuladora da construção da personalidade e do processo de desenvolvimento humano (Bock, 1999). O termo tem origem latina na palavra *e-ducere* que significa acção de formar, instruir e guiar. Olhando sob esta vertente, a educação tem muitas nuances. Envolve entre outros a compreensão de um conhecimento e de uma acção. Portanto, a legitimidade pedagógica revela-se como um dos principais

dilemas encontrado pelos actores na sua acção didáctica. Mas tem de ser problematizada com mais radicalidade, porque a educação é, afinal, uma forma de poder do homem sobre o homem.

O ser humano é essencialmente educável (Lobo, 1995). Isto quer dizer que ele é capaz de aprender, porque tem uma aptidão específica para a comunicação simbólica e uma necessidade vital de comunicar. Por isso é que, mais do que um animal racional, o homem é um animal simbólico. Por assim ser, é concomitantemente considerado um animal pedagógico.

Neste quadro, cabe à educação como sistema de aglutinação realizar a sua missão de socialização e reapropriação da cultura e do conhecimento produzido pela humanidade. Portanto, a educação é na sua mais ampla acepção um fenómeno de comunicação, cujos conteúdos são valores, conhecimentos, sentimentos, capacidades e atitudes que satisfazem a necessidade individual e social da educabilidade e historicidade humanas. Nesse sentido, exige-se que a educação esteja à altura de possibilitar ao individuo competências para aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Estes quatro pilares indissociáveis acentuam a necessidade de mobilizar esforços para que ocorra uma aprendizagem significativa e enriquecedora. Este chamamento obriga que a educação ocorra numa base democrática. Por essa razão, Monteiro (2004) defende que «a reprodução social consciente é o ideal tripartido de educação democrática e da democracia, cada uma das três sugere um critério mutuamente sustentador para a educação democratizante.» (pág. 14)

Para uma sociedade se engajar numa reprodução social consciente, a educação deve ser não-repressiva e cultivar a liberdade de pensamento

contra os preconceitos. A educação democrática, em suma, é a que possibilita que a sociedade participe deliberativamente, formando pessoas astutas, que refletem nos seus feitos a sociedade que almejam.

Identidade profissional e a qualidade

Para Lobo (1996), a questão da identidade profissional está associada a uma deontologia profissional. Monteiro (2004) refere ser mediante ela que o profissional aprende a agir e reagir profissionalmente, essencialmente à luz dos valores fundamentais da profissão de que faz parte.

Como é evidente, a identidade do professor no seu campo de trabalho e social deve estar associada à sua deontologia profissional, sobretudo por ser este considerado *a priori* espelho do processo educativo e da sua acção didáctica, e no campo pedagógico exigir uma orientação rica em aspectos de ordem ética. Neste sentido, pensar numa deontologia das profissões da educação, designadamente a da função do docente, pressupõe a determinação da identidade profissional (Michele, 1996; Noronha, 1993; Pierre, 1984).

A deontologia profissional permite a solidificação da identidade profissional do professor à medida que concretiza as suas habilidades de desenvolvimento da relação pedagógica, especificamente abre espaço para que este reflecta e delibere empaticamente sobre situações concretas e complexas em sala de aula, impulsionando assim a capacidade reflexiva do aluno na aquisição dos conteúdos planificados e melhorando sobremaneira a aprendizagem cognitiva e afectiva. Este pensamento que segundo Bock (1999) também «tem a sua origem na esfera de motivação», é fundamental em sala de aula, pois, mediante ele o aluno cria o interesse de aprender, retém a atenção no aluno e evita o desequilíbrio na relação entre aluno e

professor. Todas estas transformações estruturais fazem com que nos tempos modernos a actividade de ensino tenha uma função social com uma identidade nítida (Michele, 1996). Com efeito, estudantes, famílias e sociedade vêm desenvolvendo expectativas cada vez mais elevadas sobre o sector da educação.

Nas últimas décadas, as políticas de financiamento no sector tornam-se cada vez mais dependentes dos resultados mundialmente. Esta realidade, associada à necessidade de massificação e pressão com que as instituições de ensino são confrontadas, despertam a preocupação sobre a qualidade. As discussões sobre a qualidade que tradicionalmente estavam relegadas ao sector industrial e ao dos serviços, passam a constituir categoria central no sector dos bens públicos, especialmente aos ligados à saúde e ensino (António & Teixeira, 2009). Portanto, o grau de diferenciação e diversificação do sistema de ensino no contexto moçambicano alimenta as discussões sobre qualidade. Todavia, definir *Qualidade* não constitui uma tarefa fácil, do mesmo modo que a análise da qualidade no sector da educação é algo que por si só justifica uma análise alargada.

Estado e Igreja Católica

A missão da Igreja dirige-se ao homem e de igual modo dirige-se a tudo o que o envolve. Nesse sentido, ao se estabelecer no espaço, a Igreja procura relacionar-se com o mundo, respeitando a estrutura e finalidade próprias da natureza das diversas organizações humanas. É neste sentido que a sua intervenção é notória nos mais diversos sectores e faz dela uma instituição com presença activa na vida pública.

Porém, religião e a política são âmbitos distintos, embora não separados. Essa distinção e sobreposição na relação entre religião e política justifica-se

pelo facto do religioso e do cidadão representarem instâncias da mesma pessoa, sobretudo porque são chamados a cumprir tanto o seu dever religioso quanto os seus deveres sociais, económicos e políticos. Portanto, a relação religiosa-política é correcta e frutuosa quando é aceite a existência de um âmbito ético que precede e informa a esfera política; por outro lado, distingue-se a missão da religião e da política; mas também, ao mesmo nível, favorece-se a colaboração entre esses dois âmbitos (Costa, 1995).

Nesse contexto, os valores morais devem informar a vida política, por outro lado, a distinção entre a Igreja e o Estado não deve reduzir a responsabilidade da Igreja intervir a respeito da vida política, assim como não se deve restringir simplesmente ao privado espiritual. Isto equivale a dizer que a Igreja «não pode e nem deve substituir o Estado, mas tampouco pode, nem deve permanecer à margem, na luta pela justiça» (Bento XVI, 2006). Sendo assim, a Igreja tem o direito e o dever «de ensinar sua doutrina sobre a sociedade, exercer sua missão entre os homens sem qualquer obstáculo e dar seu juízo moral, inclusive sobre matérias relativas ao poder político, quando o exigam os direitos fundamentais da pessoa ou da salvação das almas» (Concílio Vaticano II).

Metodologia

O presente estudo utilizou uma abordagem qualitativa com enfoque exploratório-descritivo (de base comparativa). Para permitir a validade e confiabilidade, a estratégia assentou na triangulação. De acordo com Vilelas (2009), a pesquisa qualitativa visa «interpretar como as pessoas dão sentidas as suas próprias experiencia no meio real em que elas vivem» (pág. 106)

Concomitantemente, reiteram as autoras Lakatos e Marconi (2003) que o «uso de múltiplos métodos ou triangulação, reflete uma tentativa de assegurar uma compreensão em profundidade do fenómeno em questão» para eles. A triangulação é assim um caminho seguro para a validação da pesquisa.

No que diz respeito às técnicas de recollecção de dados, o estudo teve como base a revisão documental, a observação e a entrevista. A partir dos relatórios anuais de aproveitamento pedagógico e de apuramento nos institutos de formação, a revisão documental permitiu contextualizar a temática estudada, sobretudo no que se refere à acção da Igreja Católica ao nível da província do Niassa. O inquérito por entrevista, que segundo Lakatos e Marconi (1992) se estabelece por uma conversa face a face, desenvolvida de maneira metódica, com a finalidade de fazer com que o entrevistado forneça informações necessárias, possibilitou a exploração de informação relevante junto dos principais actores do sistema educacional ao nível da província, especificamente por parte dos gestores das escolas comunitárias e públicas de Niassa e das dos distritos Mecanhelas, Cuamba, Maúá, sobretudo a Escola Secundária Aberta (ESAM), Padre Menegon e Instituto de Formação de Professores (Cuamba).

Contudo, Lakatos e Marconi (1992,) enfatiza que na observação se utiliza os sentidos para a obtenção de determinados aspectos da realidade. A ênfase sobre a observação permitiu recolher elementos identitários e característicos infraestruturais das escolas estudadas.

Apresentação, interpretação e discussão de dados.

Para facilitar a apresentação, interpretação e discussão dos dados, a presente sessão está organizada em três principais categorias: a primeira,

referente ao perfil agregado das escolas (entre escolas católicas estudadas públicas e privadas); a segunda, aborda o aproveitamento escolar entre elas; uma terceira, que fundamenta os factores distintivos de qualidade.

Perfil das escolas

A Vila Cabral (Lichinga) pertencia até à década de 60 à Diocese de Nampula. Foi essencialmente no dia 21 de Julho de 1963 que Sua Santidade o Papa Paulo VI, através do *Decernimus Nostra Auctoritate*, desmembrou o território da Diocese de Nampula. Por este facto, a Paróquia de S. José foi elevada à dignidade de Sé Catedral de Lichinga. O seu primeiro Bispo foi Dom Eurico Dias Nogueira (1964 - 1972), nomeado a 6 de Setembro de 1964, tendo recebido a sua ordenação episcopal a 6 de Dezembro de 1964.

Os dados estatísticos do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano referem existir ao nível da província de Niassa, entre públicas e privadas, 1052 escolas do primeiro ciclo primário, 369 escolas do segundo ciclo primário, 33 do primeiro ciclo secundário, 17 do segundo ciclo secundário e 5 instituições de ensino superior. Em termos de distribuição do número de aluno por sala de aulas, a análise comparativa desenvolvida revela que em escolas sob direcção da Igreja Católica regista-se um intervalo de 35 a 55 alunos por sala de aula, porém, nas escolas públicas, o número varia entre 80 a 130 alunos.

No que se refere aos programas curriculares, observa-se a existência de um perfil programático quase comum. Em termos específicos, seguem parte das informações que suportam a constatação:

Os programas são os nacionais, pese embora haver acréscimo de disciplinas transversais nas escolas comunitárias sob tutela da Igreja Católica, como as da formação humana e educação cívica moral. A presença destas disciplinas subsidia a visão sobre o mundo humanista aos alunos para que estes não se agarrem apenas nas ciências. (pág. 3)

Uma das razões da introdução da disciplina de formação humana justifica-se da necessidade de acompanhar a educação dos estudantes não só para conhecimentos científico, mas também para valor humanos e com a ideologia crista. (pág. 6)

As escolas públicas devido ao seu carácter laico distanciam-nos de uma ideologia religiosa específica, mas respeita-se a essência dos valores defendidos. (pág. 1)

De igual modo, há uma certa similaridade em termos de formação dos professores que leccionam nas escolas em comparação:

Os professores que leccionam nas escolas secundárias da Igreja Católica e públicas têm a mesma formação psicopedagógica. (pág. 1)

Felizmente todos professores são formados pelo estado apesar de um e outros docentes não possuir a formação específica na área que lecciona. (pág. 6)

Somos formados pelos institutos públicos de formação de professores, porém, uma vez formados e empregues, dificilmente se promove capacitações. (pág. 3)

Os entrevistados referem, por outro lado, existir discrepâncias na *distribuição das disciplinas entre os professores em exercício nas escolas sob tutela da Igreja Católica Cristã e as públicas:*

Nesta escola [da igreja], a distribuição de disciplinas tem a ver com a área de formação dos professores e número de turmas existentes no ano lectivo. (pág. 1)

Em escolas públicas, a situação é difusa. (pág. 2)

[...] a distribuição não tem a ver com área de formação, mas sim, esta aliada a vários factores como o nepotismo, afinidades entre o gestor e o professor, relação políticas com o poder [...]. (pág. 7)

Regista-se um desenquadramento de área de formação e disciplinas. (pág. 1)

A mesma posição mantém-se quanto à atribuição de carga horária entre as escolas públicas sob liderança da Igreja Católica. As constatações referenciadas demonstram uma certa necessidade de ajuste dos pressupostos da atribuição de responsabilidades nessas escolas. De acordo com Chiavenato (1999), a formação profissional enquanto exigência fundamental para inserção no mercado de emprego, realça o domínio de um nível de competências imediatas para o exercício profissional. Nesse sentido, o domínio das áreas de exercício didáctico é primordial para a acção docente.

As observações efectuadas permitem-nos dizer que em todas as escolas visitadas existem significativos meios e infraestruturas para o desenvolvimento didáctico, sobretudo bibliotecas, laboratórios, salas de aula e de professor, carteiras de sala de aula, entre outros. Porém, numa parte das escolas, essencialmente nas públicas, encontramos bibliotecas e laboratórios onde não existe nenhum material. Conforme Libânio (2001), a escola como estabelecimento de ensino cuja missão se centra no desenvolvimento de capacidades do aluno, deve permitir que este aprenda com dignidade. Nesse sentido, é imperioso que no espaço haja condições que ofereçam um clima propício para o estudo. Muito embora, nalguns casos, os governos escondam esta adversidade com o facto de que dispõem de recursos insuficientes (Paulo, 1982). Reconhece-se os esforços constantes destes órgãos para responder à demanda e às condições que garantam o bom desempenho dos professores e alunos.

Aproveitamento escolar

Um dos primeiros elementos na base da análise do nível de aproveitamento escolar entre as escolas públicas e das escolas sob direcção católica é a disposição de alunos por sala de aulas.

A percepção qualitativa que se pode retirar da análise documental, das observações e entrevistas, é de uma razoável distribuição de alunos por sala de aulas, ainda mais dada a procura. No entanto, critica-se o facto de ser difícil conduzir o processo:

A nossa realidade [escolas sob direcção da Igreja Católica Cristã] é aceitável. Portanto, escolas públicas a situação é alarmante e preocupante, pois, é de difícil interação professor - aluno. (pág. 1)

Existem casos em que pela disposição, termina o trimestre sem que o professor conheça ao pormenor seus alunos. (pág. 7)

Philippe Perrenoud refere que se acreditamos que a formação de competências não é evidente, e que depende em parte da escolaridade

básica, resta decidir quais as competências que ela deveria desenvolver prioritariamente. A esse respeito, procurou-se saber com que metodologias decorre o processo de ensino-aprendizagem nas escolas em comparação. Ficou-se a perceber que de certa forma não há rigor na aplicação dos métodos. Por conta das circunstâncias específicas em cada aula, tem-se optado pelas de génese interativa ou expositiva. Importa realçar que, particularmente nas escolas privadas da Igreja Católica, os dados indicam um maior rigor no uso dos métodos participativos diferentemente das escolas públicas: «os estudantes aprendem de si, do outro e do professor através dos temas abordados em plenárias». (pág. 4)

Segundo Libânio (1994), os conteúdos de ensino devem ser vistos como uma reação entre os seus componentes: matéria, ensino e conhecimento. Bock (1999) considera que o professor no processo de ensino e aprendizagem é o «mediador entre o indivíduo em formação e os conhecimentos prévios de uma matéria. Entende que o papel do professor passa necessariamente por levar o aluno à autonomia de conhecimento. (pág.110)

Há, segundo Piletti (1991), que acompanhar o aluno nos seus valores, tendo em conta uma conjuntura económica, cultural e social. Nesses termos, *educar* é substantivamente *formar*, e para tal aquisição de saberes é importante confluir as várias géneses de conhecimentos, e experimentar um quadro teórico e metodológico divergente.

Em última instância, analisou-se a percepção que os entrevistados têm quanto às prestações na classe final do ensino médio e de aproveitamento nos exames de admissão. Embora de difícil correlação, notabilizou-se que em ambos os casos os entrevistados referem existir níveis não muito

diferenciados de prestação entre os alunos. Além de que se se considerar que a disposição dos alunos em escolas públicas é superior às das escolas privadas. Portanto, essa tendência, em parte, faz com que os participantes concluam ser de maior número as taxas de conclusão em escolas públicas, porém, a sua classificação não tem acompanhado a mesma tendência. Na mesma vertente, o seu desempenho na admissão aos institutos de formação e ensino superior tem sido moderado: Nota-se que a maior parte dos concorrentes provenientes nas escolas Católicas são apurados com sucesso diferentemente dos gradados provenientes das escolas públicas.» (pág. 4)

No entanto, as escolas ao procurarem mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações, etc.) para que os seus alunos sejam capazes de solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações, não se pode esperar que a avaliação dessas mesmas competências seja linearmente definida pela simples transição de um nível para o outro e/ou pela pontuação que dela se obtém. As percepções referidas pelos entrevistados concedem ao estudo meios de exercício indagatório relevante para acender o debate em torno das investidas feitas pelo sector na melhoria dos seus indicadores. Pretendemos contribuir nesse sentido, para além da necessidade de enfatizar a promoção humana em profunda comunhão com os princípios antropológicos, o vínculo teológico e o dever de caridade.

Distintivos de qualidade

O quadro da avaliação de qualidade circunscreve-se num conjunto variado de indicadores, entre os quais os objectivos dos programas de ensino; estrutura e organização do ensino; método docente; recursos utilizados;

resultados obtidos; rigidez *versus* flexibilidade; tempo médio de estudo (Rocha, 2011).

No sentido de orientar a base de debate, iniciamos construindo um resumo do contexto em que assenta o ensino nas escolas privadas e públicas.

Tabela 1: Resumo do contexto de ensino entre escolas públicas e privada sob orientação católica.

Escolas Públicas	Escolas Privadas (geridas pela Igreja Católica)
Fraca exigência na gestão do Processo de ensino-aprendizagem	Maior exigência na gestão do Processo de ensino-aprendizagem
Rácio-aluno não recomendável (80 a 130 alunos por turma)	Rácio-aluno recomendável (35 a 55 alunos por turma)
Mobiliário (sem comodidade, alunos sem carteiras em salas de aula)	Mobiliário (cómodo, carteiras em salas de aulas)
Avaliativo (Contacto directo do aluno/professor)	Avaliativo (Contacto directo do aluno/professor)
Infraestruturas insuficientes	Infraestruturas (salas de aula, biblioteca, laboratórios)
Taxas de matrícula (100.00 MZN a 500.00 MZN)	Taxas de matrículas (1000.00 MZN a 1700.00 MZN)
Maior pressão do poder político na tomada de decisão.	Menos pressão do poder político na tomada de decisão.

Fonte: O proponente

A análise comparativa da forma como se estrutura o sistema de ensino nas instituições sob direcção católica fazem com que se afirme o diferencial influenciador da qualidade sobre as escolas públicas. Excertos dos entrevistados permitem conferir tal percepção:

[...] é visível o quão as escolas sob orientação Católica detêm recursos, os utilizam e se estabelecem como rígidos. (pág. 7)

O número dos alunos graduados que concorreram para o centro de formação dos professores e de saúde foram melhor apurados, os de orientação Católica em relação às públicas. (pág. 4)

No entanto, as diferenças significativas na composição social dos alunos ou na oferta de serviços adicionais, por exemplo, orientação comportamental, ética ou religiosa, reforça a necessidade de reflectir em alerta a discriminação destes aspectos em entidades públicas. Como está patente no Documento de Puebla, a educação sob padrões católicos revela o diálogo

existente entre fé e ciência, um ambiente privilegiado para o desenvolvimento da espiritualidade. Desperdiçar este lugar social privilegiado é ignorar aquilo que de mais rico a Igreja possui para oferecer ao mundo. Ignorar a contribuição da Igreja no processo educativo seria renunciar à própria missão da Igreja. Tal pensamento não significa evidentemente que se tenha de desrespeitar as opções pedagógicas das demais instituições escolares, pois o modelo educativo da Igreja não se afere como único modelo ideal a seguir.

A prática docente, expressão do saber pedagógico, constitui-se numa fonte de desenvolvimento da teoria pedagógica (Libânio, 2003). As necessidades práticas que emergem do cotidiano da sala de aula demandam uma teoria. Nesse sentido, a *percepção satisfatória sobre o contributo qualitativo oferecida pelas escolas da Igreja Católica*, não somente na educação, como também nas taxas de empregabilidade, é também a reafirmação do acompanhamento que esta faz das necessidades humanas, mesmo neste contexto dinâmico em que o mundo se encontra. Por outro lado, e como bem afirma Luck (2008), é importante uma gestão educacional proficiente que leve a desenvolver novos conhecimentos, habilidades e atitudes, de forma a ultrapassar esta concepção de gestão como mera administração escolar. Este pensamento vai de acordo com os pressupostos basilares da educação nacional, como são, essencialmente, a expansão das oportunidades educativas, a melhoria da qualidade do ensino e a descentralização da administração escolar (MINED, 2005).

Conclusão

Libânio (2003) refere que a prática docente como expressão do saber pedagógico constitui-se numa fonte de desenvolvimento da teoria

pedagógica. Nesse sentido, a percepção satisfatória sobre o contributo qualitativo oferecido pelas escolas da Igreja Católica não somente nutre de forma significativa os indicadores da educação, como também a empregabilidade pelas taxas de inserção pós-formação. A Igreja Católica representa dessa forma, através do sector da educação na província do Niassa, um instrumento do desenvolvimento social da população desta região. Não é por menos que, desde os períodos antes da colonização, a história nos mostra como a Igreja Católica se ocupa das questões sociais, sendo que ocupa posição privilegiada por conta da sua contribuição para a edificação do país.

O estudo contempla, segundo as percepções levantadas, uma certa mística no aproveitamento pedagógico e nos distintivos de qualidade, pois se as escolas comunitárias sob orientação da Igreja se mostram imparciais ou indiferentes quanto às propostas intencionais delatórias a uma logica ética política, em escolas públicas não é tão fácil ignorar estes aspectos tão evidentes como o progressivo cumprimento de percentagens.

As instituições públicas nas quais assenta o poder político deverão rever, prioritariamente, a sua forma de administração, pensando a educação a partir de uma base de salvação humana sustentada pela ética. É preciso, pois, desfazer-se das ameaças autoritárias e impositivas percentuais e dar lugar a práticas reflexivas no âmbito da gestão escolar.

As escolas devem interrogar-se a todo o instante sobre as suas finalidades, a sua metodologia, o seu funcionamento, as suas práticas de forma aberta e colectiva. Muito embora existam preconceitos ligados à formatação do processo de ensino-aprendizagem, o respeito social para com o outro e a

dignidade representam um diferencial a ter em conta para o desenvolvimento integral dos seus educandos.

Referência Bibliográfica

Bento XVI. *Enc. Deus caritas est.* 25-12-2005, 28.

Bento XVI. *Discurso em Verona.* 19-10-2006.

Bock, A.M.B. (1999). *Uma introdução ao estudo da psicologia (13ª ed.)*. São Paulo, Brasil: Saraiva.

Chiavenato, I. (1999). *Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Rio de Janeiro, Brasil: Campus.

Concílio Vaticano II. Const. *Gaudium et spes.* 76.

Costa, D.E.G. (1995). *Obra Missionaria em Moçambique e o poder político*.

Lakatos & Marconi (1992). *Técnicas de pesquisa: planeamento execução de pesquisa, amostragem elaboração, análise e interpretação de dados (3ª ed.)*. São Paulo, Brasil: Atlas Editora.

Lakatos & Marconi (2003). *Fundamentação da metodologia científica (5ª ed.)*. São Paulo, Brasil: Atlas Editora.

Libâneo, J.C. (2006). *Didáctica geral*. São Paulo, Brasil: Cortez Editora.

Libâneo, J.C. (2004). *Organização e gestão das escolas: teoria e prática (5ª ed.)*. São Paulo, Brasil: Cortez Editora.

Lobo, A. J. (1996). *Um modo de ser*. Lisboa, Portugal: Edições Lisboa.

Luck, H. (2008). *Gestão escolar e formação dos gestores*. Brasília: Esplanada dos Ministérios.

Mazula, B. (1995). *Educação, cultura e ideologia em Moçambique 1975-1985*. Maputo, Moçambique: Edições Afrontamento.

Michel, A. (1990). *Sobre a escola de Frankfurt*. São Paulo, Brasil: Ática.

-
- MINED (2012). *Plano estratégico de educação 2012-2016*. Maputo, Moçambique: MINED.
- Monteiro, A.R. (2004). *Educação e Deontologia*. Lisboa, Portugal: Escolar editora.
- Noronha, M. (1993). *Humanismo na gestão*. Lisboa, Portugal: Clássica editora.
- João Paulo (1982). *Os bispos lombardos na visita ad limina*.
- Pierre, B. (1984), *homo academicus*. Paris: les Editions de Minuit.
- Piletti, C. (1986) *Didáctica geral*. 17.^a ed. São Paulo: Editora Ática.
- Rocha, O. (2011). *Gestão de qualidade: aplicação aos serviços públicos (2^o ed.)*. Lisboa, Portugal: Escolar Editora.
- Vilelas, J. (2009). *Investigação - o processo de construção do conhecimento*. Lisboa, Portugal: Edições Silabo.